

**Autor:**

José Carlos Ribeiro Miranda  
[mirandajcr@gmail.com](mailto:mirandajcr@gmail.com)

**Título:**

OS ANAIS PORTUGUESES DO SÉC. XII E O QUINTO IMPÉRIO

**Resumo:**

A conhecida narrativa analítica realizada no Mosteiro de Santa Cruz nos finais do séc. XII, maioritariamente consagrada ao rei Afonso Henriques, que então ainda reinava, e que dá pelo estranho título «Chronica Gottorum», termina com um extenso relato sobre a preparação de uma invasão da Península Ibérica pelos norte-africanos Almóadas. Toda a Hispânia, desde a muçulmana à cristã, se encontrava em perigo, embora o modo como o redactor crúzio redige o texto – num tom enfático e anormalmente pormenorizado – leve a pensar que as suas preocupações iam bem para além da dimensão militar do acontecimento. O chefe da invasão era conhecido por se deslocar num asno, motivo bem consagrado na literatura político-escatológica que, remontando ao período anterior ao advento do cristianismo, se tinha prolongado por todo o primeiro milénio; e a acção desse caudilho pautava-se por considerações históricas, que se fundamentavam em registos escritos. O que pretendemos, de momento, é fazer alguma luz sobre o modo como os Anais portugueses efectuem a recepção destes temas, remetendo, a nosso ver, para uma específica concepção do tempo e da história universal, onde avulta a ideia dos quatro impérios do passado (*Daniel*, 2; 7), estando em causa o advento de um império renovado de dimensão messiânica.

**Palavras-chave:**

Almóadas; Império; Messias, rei do asno; *mahdi*; Cristo; livros

**Abstract:**

The well-known annalistic narrative carried out in the Monastery of Santa Cruz at the end of the 12th century, mostly dedicated to King Afonso Henriques, who was still reigning at the time, and which goes by the strange title 'Chronica Gottorum', ends up as an extensive account of the preparations for an invasion of the Iberian Peninsula by the North African Almohads. The whole of Hispania, from Muslim to Christian, was in danger, although the way the Crucian editor writes the text – in an emphatic and unusually detailed tone – suggests that his concerns went far beyond the military dimension of the event. The leader of the invasion was known for travelling on a donkey, a motif well-established in the political-eschatological literature which, dating back to the period before the advent of Christianity, had lasted throughout the first millennium; and the actions of this caudillo were guided by historical considerations, based on written records. This essay aims to shed some light on how the Portuguese Annals received these themes, referring, in our opinion, to a specific conception of time and universal history, in which the idea of the four empires of the past (Daniel, 2; 7) is emphasised, and the advent of a renewed empire with a messianic dimension is at stake.

**Key-words**

Almohads; Empire; Messiah, king of the ass; Mahdi; Christ; books

**Plano:**

A espera do Milénio

A ideia dos Impérios

Perturbação vs serenidade escatológica

**Como citar este artigo:**

José Carlos Ribeiro Miranda, «Os Anais portugueses do séc. XII e o Quinto Império», *Guarecer. Revista Electrónica de Estudos Medievais*, n.º 7, 2022, pp. 71-84.

DOI: <https://doi.org/10.21747/21839301/gua7a5>

## OS ANAIS PORTUGUESES DO SÉCULO XII E O «QUINTO IMPÉRIO»

José Carlos Ribeiro Miranda  
SMELPS-IF-FCT  
Projecto MELE

Nos finais do séc. XII, conclui-se em Santa Cruz de Coimbra a redacção de uma sequência analística que terá tido início no século anterior, provavelmente no Mosteiro de Santo Tirso<sup>1</sup>. Na abordagem de alguns acontecimentos e personagens, esse escrito assume já uma narrativa muito desenvolvida, que tem levado certos críticos e caracterizarem-no como uma verdadeira protocronica<sup>2</sup>, como, aliás, o equivoco título que veio a adquirir – *Chronica Gottorum* – de alguma forma indicia<sup>3</sup>. O modo como esses Anais terminam, com um extenso relato sobre a invasão da Península Ibérica pelos Almóadas, não tem deixado de provocar alguma perplexidade e, sobretudo, um muito notório silêncio interpretativo. Na realidade, qual o sentido de fazer incidir extensamente a atenção sobre os mouros, quando o conjunto do escrito em causa se destinava a enumerar com detalhe as peripécias que se iam sucedendo nos reinos cristãos, nomeadamente em Portugal?

De facto, se nos situarmos em Portugal nos finais do século XII, numa altura em que, reinando ainda D. Afonso Henriques, era já, de facto, o seu filho Sancho quem governava<sup>4</sup>, o contexto político afigurava-se complexo no território cristão. A acesa disputa política recente no lado castelhano, decorrente da menoridade de Afonso VIII, e envolvendo ferozes recontros militares<sup>5</sup>, polarizava grande parte das atenções, até porque tendia a envolver os reinos vizinhos e a mobilizar os mais importantes grupos senhoriais, tanto do Leste como do Ocidente da Ibéria. Como se isto não bastasse, também os reinos do Sul da Península – vulgarmente designados «taifas» – se encontravam sujeitos a sucessivas vagas de influência norte-africana, como sucedera com os Almorávidas, que tinham dominado a região durante cerca de cem anos<sup>6</sup>. Agora,

---

<sup>1</sup> Ver David (1947); Cruz (1968); Gouveia (2012).

<sup>2</sup> Cf. Catalán (1965).

<sup>3</sup> Tendo em conta o desajustamento entre título e o conteúdo da obra, esta foi renomeada por Diego Catalán (1965) como *Cronicon Lusitano*.

<sup>4</sup> Cf. Castro (1992); Mattoso (2006).

<sup>5</sup> Cf. Lacarra (1972); Linehan (2011).

<sup>6</sup> Cf. Reilly (1999).

era a presença dos Almóadas, eivados de expansivas crenças místico-políticas, que se fazia sentir, encontrando renovados adeptos num contexto geral de inquietação quanto ao devir imediato<sup>7</sup>.

É nestas condições que, sob a ameaça de uma acção de grande escala na Península, a ser levada a cabo pelos Almóadas, o redactor que tinha em mãos a conclusão dos Anais portugueses em Santa Cruz de Coimbra resolve rematar o seu empreendimento de escrita – cuja maior parte era já dedicada a D. Afonso Henriques, visto como fundador da monarquia cristã portuguesa<sup>8</sup> – dando forma àquela que será a narrativa final do seu texto.

De facto, a mencionada secção final dos Anais dos séc. XII é tanto uma narrativa como um comentário ou uma explicação, tendo implícita uma atenção quase obsessiva à dimensão adquirida pela movimentação moura. A este respeito, as palavras de Pierre David não podiam ser mais eloquentes, quando considera que...

La dernière notice de la *Chronica Gottorum*, relatant en termes emphatiques la déroute d'Abu Yakub devant Santarem en 1184, est incomplète, soit que l'auteur n'ait pas achevé son oeuvre, soit que la dernière page ait péri...<sup>9</sup>.

De notar, porém, que, na versão que primordialmente temos em conta, publicada na *Monarquia Lusitana*, não há qualquer menção à derrota muçulmana em Santarém. Aliás, caso essa derrota tivesse sido conhecida, é duvidoso que o redactor tivesse usado um tom tão «enfático» na descrição que faz dos preparativos bélicos de Jacob Ibn Yussuf, denotador de uma expectativa marcada por pelo alarme e a surpresa. Portanto, é de crer que o texto terminava ali mesmo, tendo sido redigido no decurso de 1184, mas antes dos acontecimentos de Santarém que tiveram lugar no final desse ano. E esta versão assim permaneceu, até que Frei António Brandão a copiou e deu à estampa no séc. XVII<sup>10</sup>.

Nos comentários explicativos que entremeiam a narrativa, sobressaem vários aspectos reveladores da familiaridade que o redactor crúzio tinha com o ambiente muçulmano<sup>11</sup>: o primeiro diz respeito Abd al Mu'min (*Ali Abel Muinem*), o pai do emir Jussef Ibn Jacob (*Iucef Aben Jacob*), que se diz ter sido venerado pelos seus como o homem santo e profeta que se deslocava num asno:

*Iucef Aben jacob, Emir Elmumino secundus, imperator sarracenorum, filius de Ali Abelmuinẽ, qui dictus est Rex de asino, propterea quod in asino sempre deambulans, propheta et sanctus ab omni populo putaretur...*

---

<sup>7</sup> Halm (1996); Garcia Arenal (2006).

<sup>8</sup> É de notar que o analista conta os anos de reinado de Afonso Henriques a partir de 1128, data da batalha de S. Mamede, deixando o leitor indeciso sobre a verdadeira data da fundação do reino por parte de quem escreve...

<sup>9</sup> David (1947, p. 283)

<sup>10</sup> Brandão (1632-2008, Anexo I, pp. 271-276).

<sup>11</sup> Sobre este tema, ver Picard (2012); Rei (2012); Barros (2016).

Voltaremos mais adiante às particularidades do relato. Este movimento político e religioso havia sido fundado no início desse século por Ibn Tumart, personalidade buliçosa que se veio a proclamar «mahdi» – ou seja, «aquele que é guiado por Deus»<sup>12</sup>. Abd Al Um'min fora o sucessor de Ibn Tumart, e também o primeiro a ser designado «emir» e «califa». É de crer que a condição de reinante em Marrocos, assumida pelo pai de Jussef, tivesse contribuído para que o estatuto político-escatológico de fundador do movimento passasse a ser-lhe atribuído, bem como, segundo testemunho do texto crúzio, à sua dinastia.

Na realidade, tudo indica que o redactor do mosteiro de Coimbra estivesse bem familiarizado com esta vertente do pensamento político-escatológico islâmico, até porque, pouco tempo antes, Ibn Qasi, um outro proclamado «mahdi», se afirmara em Mértola, vindo a ser reconhecido em várias partes da Península e terminando os seus dias assassinado pelos almóadas em 1051<sup>13</sup>.

Porém, não se queda por esta intenção meramente descritiva a parte terminal do relato analítico-cronístico crúzio, já que não se trata de descrever mais um caso de acção político-militar oriunda do campo muçulmano, mas de dar a conhecer uma iniciativa desse tipo com uma dimensão até ali nunca vista – e parece ter sido a transformação desta vertente *quantitativa* em diversa *qualidade* que a tornava digna de atenção e de minuciosa descrição. De facto, não apenas a movimentação almóada atingiria uma escala inédita – contabilizada em setenta a oitenta mil homens armados («LXXVIII millia virorum») –, como o crúzio apresenta Jussef preparado para invadir a Espanha, consultando as memórias históricas da presença muçulmana neste território, e nelas encontrando justificação para a acção que empreendia:

*Ipse Imperatur Emir Elmumini resensuerat annales libros omnium regum sarracenorum, qui fuerunt ante ipsum et venerunt in Hispaniam...*

Como veremos, esta alusão aos «livros» e «anais» reveste-se de uma importância muito grande, embora o estado actual do texto não permita apurar com segurança qual o sentido da escrita, já que o redactor, escrevendo no ano de 1184 (Era 1222) mas nada dizendo sobre a derrota de Jussef às portas de Santarém, aspecto que atrás mencionámos, também nada adianta sobre a forma como perspectiva o desenrolar tal empreendimento. De acordo com os dados implícitos no seu texto, também não antecipa a vitória dos Almóadas em território castelhano, que viria a ter lugar em Alarcos no ano de 1195<sup>14</sup>.

Na realidade, como dissemos antes, o texto, tal como foi publicado na *Monarquia Lusitana*, não só nada deixa transparecer desses acontecimentos, como não contém informações que vão para além dessa data. A alusão à sucessão de Yussef no

---

<sup>12</sup> Sobre esta categoria política muçulmana, ver Halm (1996) e Garcia-Arenal (2006).

<sup>13</sup> Ver Viguera Molíns (1992); Mattoso (dir. 1992-1994, vol I); Rei (2017).

<sup>14</sup> Cf. Lacarra (1972); Reilly (1999).

seu filho Jacob – «Jacob quoque Abenjucef filius eius qui post eum regnaturus erat» – tem um carácter meramente antecipatório, não pressupondo circunstâncias concretizadas. E também a designação régia do futuro Sancho I de Portugal era usual por essa época, não implicado que o filho de Afonso Henriques tivesse já tido acesso ao trono de Portugal<sup>15</sup>. Sabemos, além disso, que nesta altura Sancho governava de facto o território português – como já atrás dissemos –, o que sucedia desde o desastre de Afonso Henriques em Badajoz, ocorrido em 1169.

Ter-se-ia perdido a parte final do texto, que necessariamente relataria os acontecimentos de Santarém, na linha do que é proposto por Pierre David? Como afirmámos antes, a colação desta versão com as publicadas por Alexandre Herculano nos *Portugaliae Monumenta Historica*, atrás mencionadas, não parece apontar nesse sentido, embora seja uma questão que deve permanecer em aberto.

Na realidade, a dificuldade de situar e de entender as razões que terão levado o redactor crúzio a terminar os seus Anais com tão extensa e intensa prosa, deixando-a sem continuidade imediata, radica na diminuta consideração que normalmente os meios académicos portugueses têm do contexto em que tudo isto ocorre, necessariamente mais amplo do que o território português, e envolvendo ideias, processos e dinâmicas que não se ajustam ao modelo da «História-pátria» que ainda povoa a nosso imaginário colectivo (ou memória cultural, como também é agora designado).

Nesta altura, a Península era composta de três culturas, pelo menos<sup>16</sup> – ou seja, a cristã, a muçulmana e a hebraica –, sendo tal facto igualmente verificável no território português, ou que virá a fazer parte de Portugal. Mas é necessário ter em conta que nenhuma dessas culturas, que se identificavam maioritariamente com crenças religiosas, se apresentava unitária, monolítica e sem divergências. Na realidade, era mesmo o contrário que se passava, sendo difícil encontrar outros períodos históricos em que se possa identificar tão grande soma de discrepâncias internas, tanto em questões de natureza política e relacional, como até de concepções globais do mundo e do tempo.

## A espera do Milénio

Ora, sem pretender recuar a tempos que nos são decididamente pouco familiares, o «kiliasma», ou seja, literalmente, a espera do milénio após a vinda do Messias, de que se fala no *Livro do Genesis* ou no *Salmo 89*, é já característica do pensamento judaico,

---

<sup>15</sup> Ver Castro (1992).

<sup>16</sup> Podíamos também mencionar as comunidades francas, nórdicas ou da região leste da Península (cf. Miranda, 2019), mas não são relevantes para o presente estudo.

sendo, em grande medida, dessa expectativa histórico-escatológica que virá a nascer o cristianismo, como é sabido<sup>17</sup>.

Nessa perspectiva cristã, marcada não apenas pela construção da comunidade eclesial, mas também pela expectativa da segunda e escatológica vinda de Cristo, textos como o *Apócrifo da Ascensão de Isaías* ou a *Epístola de Barnabé* cedo alimentaram e fizeram perdurar a espera messiânica, embora a forma dos tempos a vir não recolhesse qualquer unanimidade.

É, aliás, num clima de contestação da urgência dessa espera do final dos tempos que Santo Agostinho propõe uma concepção do fluir temporal organizado em Seis Idades, sem definição segura acerca da duração da Sexta Idade, aquela que fora inaugurada pelo surgimento e sacrifício de Cristo. Na realidade, para o bispo de Hipona, o último reino já existia e era correspondente à Igreja, que aguardaria ordeiramente a derradeira vinda do Salvador<sup>18</sup>.

Mas a aspiração a um futuro e definitivo reino não estancou, e vários textos vão actualizando esse desejo ao longo da Idade Média, retornando à ideia da espera de um milénio de prosperidade e felicidade, necessariamente associado a um rei ou imperador dos últimos tempos que haveria de coadjuvar Cristo na sua final *Parusia*.

Através das muitas formulações que esta espera milenarista adquiriu, é recuperada a velha ideia da História Humana explicada através da sucessão dos Impérios do passado, apresentando-se o reino a vir necessariamente como o último deles.

### A ideia dos Impérios

De origem helenística, a doutrina dos Quatro Impérios circulou amplamente na tradição judaica e, depois, na cristã, fornecendo o quadro global em que havia que pensar o trajecto de Cristo, desde os momentos marcados pela profecia do Seu nascimento, até à Sua vida no seio da comunidade judaica, projectando-se nos eventos futuros, posteriores à morte na cruz, desejados e imaginados pela comunidade que agora Nele se revia. O elemento profético central foi, sem dúvida, a interpretação do sonho de Nabucodonosor e da visão das quatro bestas que saem do mar presentes no *Livro de Daniel* (respectivamente *Dn 2* e *7-12*), ambas profetizando, como é sabido, que aos Quatro Impérios do mundo haveria de suceder um outro sob a égide do Messias. Desde o seu início, o cristianismo não só se apoiou nestas profecias veterotestamentárias, como contou com importantes suportes escritos que alimentaram a ideia da segunda vinda do Messias, nomeadamente o *Apocalipse de João* e, entre os escritos apócrifos, o de *Baruch* e o *Quarto livro de Esdras*<sup>19</sup>.

---

<sup>17</sup> Sobre a génese do cristianismo, ver Daniel-Rops (1948). A obra deste autor prossegue até ao vol. VIII (1965), referente ao cristianismo nos tempos modernos.

<sup>18</sup> Cf. Brillì (2011). Ver ainda a nota anterior.

<sup>19</sup> Cf. Henze (2012).

No início do século V, essa concepção histórica foi defendida com autoridade por Jerónimo que, no seu comentário ao *Livro de Daniel*, propõe a identificação dos Quatro Impérios com o babilónico, o medo-persa, o grego e, por fim, o romano<sup>20</sup>. Agostinho conhece e cita a ideia dos Quatro Impérios, mas distancia-se dela, opondo-lhe a mencionada «teoria das Idades». Todavia, apesar desse esforço, a concepção do tempo da História como sequência dos impérios pagãos ia permanecendo, tanto pela autoridade que lhe havia sido conferida pelos comentários de Jerónimo e pelas crónicas de Eusébio de Cesareia, como ainda pelo testemunho que dessa ideia permanecia em Paulo Orósio e até em Isidoro de Sevilha<sup>21</sup>.

Ora, a mais notável repercussão da concepção dos Quatro Impérios, sobretudo quando encarada no contexto de uma interpretação globalizante das profecias do *Livro de Daniel*, é a proposta segundo a qual esses impérios, que pertencem ao passado ímpio e pagão, virão a ser superados por um império a vir.

Ou seja, a concepção dos Impérios como estruturas explicativas da História fornece um respaldo inevitável à aspiração messiânica e milenarista, sendo uma ideia amplamente apoiada tanto por sectores cristãos, como judaicos e muçulmanos. Aliás, a aspiração a um tempo renovado futuro, um verdadeiro *kiliasmos*, não é concebível fora da teoria dos Impérios, até porque assenta na perspectiva da construção de um poder novo e virtuoso, que deverá opor-se aos poderes tirânicos e corruptos existentes.

Mas, por outro lado, no modo como é usada, a doutrina dos Quatro Impérios torna visível a existência de uma dualidade escatológica que persiste ao longo dos tempos nas várias culturas.

### **Perturbação vs serenidade escatológica.**

Ou seja, nem sempre a adesão à teoria do Impérios implicava uma atitude de perturbação escatológica, de espera ansiosa e militante do milénio, tanto no lado cristão, como no judaico ou no muçulmano. Tem sido citado o exemplo de Ibrahim Ibn Ezra (אברהם בן מאיר אבן עזרא), intelectual judaico da primeira metade do séc. XII, que defendia a ideia segundo a qual o terceiro Império englobava a Grécia e também Roma (a Antiga e a Bizantina), sendo o quarto Império correspondente ao Al Andalus<sup>22</sup>. Ora o Al Andalus era a terra onde este intelectual judeu residia e que lhe servia de referência. Assim, se o quarto Império ainda permanecia sólido, nada justificava a espera ansiosa de um Império futuro... De notar que outro intelectual judeu da mesma época, Yehudah Ben Halevy, viria a assumir uma posição radicalmente oposta, acabando por ser vítima

---

<sup>20</sup> Cf. Di Tommaso (2005).

<sup>21</sup> Cf. Di Tommaso (2005); Hjälml (2017).

<sup>22</sup> Cf. Gómez-Aranda (1994); García-Arenal (2002); Amparo Alba (2022).

das suas ilusões profético-escatológicas frustradas quando a data prevista da vinda do Messias é ultrapassada sem que nada ocorra<sup>23</sup>...

Como sabemos, do lado cristão era corrente a ideia de que ainda se vivia firmemente no quarto Império, que era romano, o que também desmotivava qualquer urgência de preparar um Império futuro. Pelo menos, a Historiografia conhecida parece não negar este posicionamento geral<sup>24</sup>. Mas, ao mesmo tempo, proliferava, desde tempos recuados, uma literatura e uma iconografia apocalíptica – abundantemente ilustrada, na Ibéria, pelas cópias do Beato de Liébana feitas nesta altura<sup>25</sup>. De resto, para o conjunto do mundo cristão do séc. XII, bastará pensar na maré profética e escatológica que desembocou no fenómeno Joaquimita<sup>26</sup>, representando uma das mais radicais atitudes milenaristas que alguma vez se conheceram, e que vem a marcar toda a Europa cristã daí em diante, para se observar a sintonia existente entre culturas distintas – a judaica e a cristã –, mas mutuamente condicionadas por circunstâncias sociais e culturais semelhantes.

Se não erramos, também no mundo islâmico as concepções do tempo e da história isentas de perturbação escatológica eram dominantes, acompanhando em grande medida a difusão do pensamento aristotélico que se ia impondo<sup>27</sup>. Pelo menos, as obras historiográficas conhecidas, como a de Ibn ‘Abd al-Ḥakam ou mesmo a de Ahmed Al Razi, na medida em que esta pode ser conhecida, não desmentem tal ideia<sup>28</sup>.

Contudo, certas correntes político-espirituais foram evoluindo numa atitude diversa. Era exactamente o que se passava como os fatimidaxiitas, a oriente, onde germina a concepção do «mahdi», líder messiânico<sup>29</sup>; e depois, no norte de África, já em contacto próximo com o Al Andalus, com os almorávidas; e, finalmente, com os almôadas, estes convergindo ainda com correntes puritanistas que contribuíam para a radicalização do discurso e da acção política<sup>30</sup>. Tal sucedera já com o «sufismo», corrente da qual Ibn Qasi, de Silves e Mértola, fora um exemplo eloquente, como já referimos.

E é a esta luz que é necessário reavaliar o testemunho do analista crúzio que escreve na Era de 1222...

---

<sup>23</sup> Ver nota anterior.

<sup>24</sup> Mencionaremos o caso da *Crónica de 1344*, onde Pedro de Barcelos indica que o imperador romano, no seu tempo, é Luís da Baviera (cf. Ferreira, 2019). É, provavelmente, tentando escapar a esse domínio político europeu do Quarto Império ainda no seu tempo, que o historiador português recupera a narrativa de Hércules, através da qual defende a ideia de que o poder político na Hispânia teria tido início no Terceiro Império (cf. Miranda, 2015).

<sup>25</sup> Cf. Fernández Flórez (2001)

<sup>26</sup> Cf. Lubac (1979).

<sup>27</sup> Cf. Gómez-Aranda (2018); Burnett (1995).

<sup>28</sup> Cf. Matesanz Gascón (2004).

<sup>29</sup> Ver também Espírito Santo (2006).

<sup>30</sup> Sobre este assunto, ver Garcia-Arenal (2002 e 2006); Halm (1996)

Poderíamos argumentar que a parte final dos célebres Anais apenas reflecte o temor perante uma acção muçulmana em preparação, afinal não diversa de outras ocorridas no passado e que o escritor conhecia seguramente. É claro que a dimensão atribuída a esta autêntica invasão, enumerando os *kilios* envolvidos na acção dessa gente guerreira, adensava seguramente a apreensão perante o resultado da iniciativa, sobretudo numa altura em que a Hispânia se encontrava fragmentada e dividida.

Mais há aspectos que devem ser ponderados devidamente: enquanto a Hispânia contava já com um *imperator* no passado, na figura de Afonso VII – qualidade que o crúzio menciona quatro vezes no seu texto –, o *imperator* que se agora se perfilava era muçulmano e chamava-se Jussef, sendo filho daquele que já antes se intitulara «rei do asno»:

*lucef Aben jacob, Emir Elmumino, secundus imperator sarracenorum, filius de Ali Abelmuinẽ, qui dictus est Rex de asino, propterea quod in asino sempre deambulans, propheta et sanctus ab omni populo putaretur*

Chamamos a atenção para que o crúzio parafraseia, e quase glosa, a célebre profecia de *Zacarias*, 9, 9, que, como é sabido, está também na base da armadura profética do próprio cristianismo:

...exulta satis, filia Sion, iubila filia Hierusalem, ecce rex tuus veniet tibi iustus et salvator, ipse pauper et ascendens super asinum et super pullum filium asinae...

É nesta altura importante lembrar que, na doutrina *xiita* dos doze imãs, o último, aquele estava oculto, deveria revelar-se montado num asno e acompanhado de Isa (ou seja, Jesus), filho de Miriam e do enviado de Allah, tal como este é descrito na *Sura* 19 do *Corão*<sup>31</sup>. Não há dúvidas de que o «mahdi», ou seja, a presente figura messiânica, correspondia seguramente a esse imã, que acumulava também o poder temporal de um *emir*.

Assim, aquilo que na realidade o crúzio está a descrever é a preparação de um combate apocalíptico, em que uma das partes veste a roupagem do império a vir, aquele império que haveria de superar os quatro impérios do passado, instaurando uma ordem nova que deveria corresponder a um verdadeiro *kiliasmo*. Se alguma dúvida houvesse, a referência à consulta dos livros e anais por parte do mouro, ou seja, à contemplação da História Universal reunida na escrita (fora da qual nada existia, segundo uma concepção consensual na época), permite desfazer qualquer dúvida quanto às referências em que se move o monge de Santa Cruz de Coimbra<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> Cf. Espírito Santo (2006).

<sup>32</sup> É bem provável que o crúzio tivesse já conhecimento do *Liber introductorii maioris ad scientiam iudiciorum astrorum*, de Abumasar, traduzido meio século antes, de Árabe para Latim, por João de Sevilha e de Lima. Aí era possível achar uma explicação astrológica para a sequência dos impérios do mundo, podendo tal argumentação confirmar, ainda mais, a apreensão que definitivamente manifestava. Não sabemos mesmo se esta obra se contava entre os «livros» que o analista diz que os mouros consultavam. Sobre o assunto, ver Miranda (2022).

Estaria ele convencido da viabilidade do empreendimento saído do campo muçulmano? E quem seria para ele, o *Dajjāl* (دجال), ou seja, o *anticristo*, deste cenário apocalíptico? O que parece seguro é que nada, na sua descrição, descredibiliza ou desacredita a acção moura em preparação. Alguma dose de surpresa e de reverência são os dois termos que nos ocorrem para caracterizar o seu relato.

Mas seria esse tema exclusivamente uma questão de fé? É aqui que o historiador é convidado a despir-se das suas ideias feitas, tentando compreender como funcionavam, no perturbado ambiente mediterrânico e europeu do final do séc. XII, as categorias que o discurso histórico canonizou como se fossem permanentes e imutáveis.

Na realidade, as crenças messiânicas oriundas das diferentes comunidades – sobretudo a cristã e a muçulmana – tinham sobejos pontos em comum e decorriam da interpretação dos mesmos textos de referência<sup>33</sup>. Além disso, estavam sujeitas à compreensão do funcionamento do poder ao longo da História, que não variava muito conforme a latitude. Nestas circunstâncias, a proximidade entre os diversos campos, que ora se defrontavam, ora cooperavam, era grande, gerando uma inevitável e contraditória polifonia de interpretações e também de expectativas.

A nosso ver, é esse ambiente de proximidade aquilo que o texto de Santa Cruz acaba por deixar transparecer, para grande desconforto dos leitores futuros que dificilmente o irão conseguir entender em toda a sua dimensão, e muito menos integrar no discurso corrente sobre a História portuguesa.

---

<sup>33</sup> Sobre este tema, ver Garcia-Arenal (2002); Di Tommaso (2005); Hjälml (2021)

**Referências:**

- Amparo Alba, Cecilia (2022), «El libro del mundo de Abraham Ibn Ezra y la astrología judía en la europa medieval», *Boletín de la Real Academia de la Historia*, tomo CCXIX, 2, pp. 201-233.
- Barros, Maria Filomena (2016), «Judeus, Cristãos e Muçulmanos no Portugal medieval», *Praça Velha. Revista Cultural da Cidade da Guarda*, 36, pp. 37-54.
- Brandão, Frei António (1632), *Terceira Parte da Monarchia Lusitana...*, Lisboa, Pedro de Craesbeck (Reimpressão da INCM, Lisboa, 2008).
- Brilli, Elisa (2011), «As formas da história. A doutrina agostiniana das seis idades do mundo e algumas de suas visualizações no século XII», *Revista de História*, São Paulo, 165, pp. 121-149.
- Burnett, Charles (1995), «"Magister Iohannes Hispalensis et Limiensis" and Qusta ibn Luqã's *De differentia spiritus et animae*: a Portuguese Contribution to the Arts Curriculum», *Qvodlibetaria, Medievalia. Textos e Estudos*, 7-8, pp. 221-267.
- Catalán, Diego (1962), *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla e Portugal*, Madrid, Gredos.
- Castro, José Ariel de (1992), «Afonso de Portugal, 11º Grão-Mestre da Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém, e o Século XII Português», in *Actas do Terceiro Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Coimbra, Associação Internacional de Lusitanistas, pp. 819-857.
- Cruz, António (1968), *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, Biblioteca Pública Municipal.
- Daniel-Rops (1948), *Histoire de l'Église du Christ. I, L'Église des apôtres et des martyrs*, Paris, Librairie Artème Fayard.
- David, Pierre (1947), *Études Historiques sur la Galice et le Portugal du VI au XII siècle*, Paris, Institut Français au Portugal.
- Di Tommaso, Lorenzo (2005), *The Book of Daniel and the Apocryphal Daniel Literatur*, Leiden, Brill.
- Espírito-Santo, Moisés (2006), *Os Mouros Fatimidás e as Aparições de Fátima*, Lisboa, Assírio e Alvim.
- Fernández Flórez, J. A. (2001), "Los Comentarios al Apocalipsis de Beato de Liébana", in B. Acinas (coord.), *En torno al Apocalipsis*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, pp. 113-151.

- Garcia-Arenal, Mercedes (2002), «Messianisme juif aux temps des mahdī-s», in Maribel Ferro (coord.), *Judíos y musulmanes en al-Andalus y el Magreb*, Madrid, Casa de Velázquez, pp. 211-229.
- Garcia-Arenal, Mercedes (2006), *Messianism and Puritanical Reform: Mahdīs of the Muslim West*, Leiden, Brill.
- Gómez-Aranda, Mariano (1994) *El Comentario de Abraham Ibn Ezra al Libro del Eclesiastés. (introducción, traducción y edición crítica)*, Madrid, CSIC.
- Gómez Aranda, Mariano (2018), «Aristotelian theories in Abraham Ibn Ezra's commentaries to the Bible», *Mediterranea. International journal for the transfer of knowledge*, 3, pp. 35-54.
- Gouveia, Mário de (2012), «O essencial sobre a analística monástica portugalense (séc. XI-XII)», *Lusitania Sacra*, 25, 183-226.
- Halm, Heinz (1996), «The Empire of the Mahdi: The Rise of the Fatimids», *Handbook of Oriental Studies: The Near and Middle East*, 26, Leiden, Brill.
- Henze, Matthias (2012), "4 Ezra and 2 Baruch: Literary Composition and Oral Performance in First-Century Apocalyptic Literature", *Journal of Biblical Literature*, 131, pp. 181-200.
- Hjälml, Miriam L. (ed., 2017), *Senses of Scripture, Treasures of Tradition. The Bible in Arabic among Jews, Christians and Muslims*, Leiden/Boston, Brill.
- Hjälml, Miriam L. (2021), *The Four Kingdom Schema and the Seventy Weeks in the Arabic Reception of Daniel*, Leiden, Brill.
- Lacarra, José Maria (1972), *Historia política del reino de Navarra desde sus orígenes hasta su incorporación a Castilla*, Pamplona, Editorial Aranzadi.
- Linehan, Peter (2011), *Spain, 1157–1300: A Partible Inheritance*, Oxford, Blackwell Publishing.
- Lubac, Henri de (1979), *La postérité spirituelle de Joachim de Flore, I: De Joachim à Schelling*, Paris, Éditions Lethielleux.
- Matesanz Gascón, Roberto (2004), *Omeyas, bizantinos y mozárabes. En torno a la «Prehistoria fabulosa de España» de Ahmad Al-Razi*, Valladolid, Imprenta Calatrava.
- Mattoso, José (2006), *Afonso Henriques*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Mattoso, José (dir. 1992-1994), *História de Portugal*, 8 voll., Lisboa, Círculo de Leitores.

- Miranda, José Carlos Ribeiro (2015), «A *Crónica de 1344* e a *General Estoria*: Hércules e a fundação da monarquia ibérica», in Marta Haro Cortés (org.), *Literatura y ficción: «estorias», aventuras y poesía en la Edad Media*, I, Valencia, Publicacions de la Universitat de Valencia, pp. 209-224.
- Miranda, José Carlos Ribeiro (2019), «Uma aventura marítima no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*», *Acta Iassyensia Comparationis, special issue 2019: «Magellan & Elcano 500. Circumnavigation to Globalization*, pp. 97-108.
- Miranda, José Carlos Ribeiro (2022), «Sobre a Cultura Escrita no Portugal Medieval. Em torno da versão portuguesa de A Escada de Maomé», in Fernanda Mendes (trad.), *Livro da Escada de Maomé*, Porto, Estratégias Criativas, pp. 6-21.
- Picard, Christophe (2012), *Le Portugal musulman (VIIIe-XIIIe siècles): l'occident d'Al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve et Larose.
- Rei, António (2012), *O Gharb al-Andalus al-Aqsâ na Geografia Árabe (séculos III h. / IX d.C. – XI h. / XVII d.C.)*, Lisboa, IEM.
- Rei, António (2017), «Os Místicos no Ġarb al-Andalus e os modelos sociológicos das suas vivências (séculos X a XIII)», *Revista Diálogos Mediterrânicos*, 13. URL: [www.dialogosmediterraneos.com.br](http://www.dialogosmediterraneos.com.br).
- Reilly, Bernard (1999), *The Kingdom of León-Castilla under King Alfonso VI, 1065-1109*, Princeton, Princeton University Press.
- Viguera Molíns, María Jesús (1992), *Los Reinos de Taifas y las invasiones magrebíes (Al-Andalus del XI al XIII)*, Madrid, Editorial Mapfre.